

QUEM MATOU O CORONEL? A DISPUTA DA IMPRENSA PELA VERDADE DOS FATOS (1922)

WHO KILLED THE COLONEL? PRESS DISPUTE OVER THE TRUTH OF FACTS (1922)

Ma. Paula Vanessa Paz Ribeiro*

RESUMO:

Através do estudo e reflexão das teses de Pierre Bourdieu e Carl Landé, sobre a lógica do funcionamento da ação política, o presente artigo objetiva analisar como a imprensa político-partidária do Rio Grande do Sul construiu a notícia do assassinato do coronel Vasco Alves Nunes Pereira ocorrido durante a eleição para presidente do Estado em 1922. Esta análise parte da hipótese da existência de uma disputa de forças simbólicas que são mobilizadas pela imprensa de acordo com a imagem que possui do público e o nível de credibilidade do seu discurso. A partir desta proposição, serão confrontadas as notícias do crime publicadas pela *A Federação* e pelo *Correio do Sul*, com o intuito de investigar como narraram o episódio do assassinato e como apontaram seus pareceres na investigação dos culpados.

Palavras-Chave: Ação Política; Assassinato; Imprensa Político-Partidária.

ABSTRACT:

This paper aims at analysing how the party-political press in Rio Grande do Sul constructed the news about the murder of Colonel Vasco Alves Nunes Pereira during the state's presidential elections in 1922. The theoretical framework for this research study was based on Pierre Bourdieu and Carl Landé's concept of the logic of political action. The analysis departs from the hypothesis that there is a struggle of symbolic forces that are mobilized by the press according to its discourse credibility and the image of the audience it has in mind. Based on this proposition, news articles about the crime, published by *A Federação* and *Correio do Sul*, will be compared to investigate how the murder was described and how their views were presented on the investigation of the suspects.

Keywords: Political Action; Party-Political Press; Murder.

Introdução

No contexto político da Primeira República (1889-1930), a prática retórica fazia parte da experiência discursiva dos políticos e redatores envolvidos na disputa eleitoral. Os jornais atuavam como porta-vozes dos partidos políticos, num completo ritual discursivo que buscava

*Mestra em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM/RS);Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS/RS). E-mail: paulavpaz@gmail.com

persuadir e convencer os leitores a aderirem as suas teses e a refutarem as teses dos adversários políticos.

Nos discursos produzidos pela imprensa no período eleitoral, prevaleceu a disputa pela verdade dos fatos, pela comprovação de quem eram as vítimas e os vilões dos crimes eleitorais, numa constante dualidade e contradição que objetivou persuadir e convencer os leitores. Nesse sentido, foram produzidos artigos que denunciavam as atuações das forças políticas conflitantes, demarcando, claramente, as contradições existentes entre borgistas e assististas, sobretudo os aspectos com base legais e morais que protegiam e denunciavam a legitimidade do pleito.

Através das contribuições teóricas de Pierre Bourdieu e Carl Landé, busco investigar a lógica de funcionamento da ação política no Rio Grande do Sul no contexto da Primeira República. Analisarei, especificamente, o discurso produzido pelo *Correio do Sule* pela *A Federação* sobre o assassinato do coronel Vasco Alves Nunes Pereira, durante a eleição para presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 1922.

A partir da proposição da existência de uma disputa de forças simbólicas, pretendo neste artigo confrontar as notícias do crime publicadas pela imprensa do Partido Federalista (PF), *Correio do Sul*, que na época defendia a campanha da Aliança Libertadora, e da imprensa do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), *A Federação*, com o objetivo de analisar a maneira como perceberam o crime ocorrido no dia da eleição e como significaram esse acontecimento no ato de persuadir e convencer os leitores. Aqui, chamo atenção para a construção da notícia, pelo fato de situar a disputa pela representação simbólica da vítima e do bandido, dos inocentes e dos culpados e daqueles que possuem o domínio da verdade dos fatos.

Por conseguinte, é sobre a lógica do campo político que se encontra o ponto de interação do objeto desta investigação com a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu e Carl Landé. Apesar do enfoque temático destes autores estarem relacionados às problemáticas atuais, acerca da dominação simbólica e das redes de relações formadas no jogo político, estes contribuem para pensar a posição ocupada pela imprensa político-partidária do Rio Grande do Sul em um lugar que transitava entre o campo político e midiático. Além disso, suas proposições são compatíveis com a problematização dos recursos simbólicos empregados pela

imprensa política, ao impor sua opinião a um maior número de pessoas e ao mobilizar representações depreciativas da imagem do adversário político e valorativo do seu partido.

Nesse sentido, o presente artigo parte da análise e da interpretação dos dispositivos retóricos e simbólicos empregados no discurso da imprensa político-partidária adversária no contexto eleitoral de 1922, com o intuito de responder a seguinte problemática: Quais os sentidos atribuídos as representações simbólicas produzidas (e mobilizadas) no discurso político-partidário dos jornais *Correio do Sul* e *A Federação* ao narrar o assassinato do Coronel Vasco Alves e ao construir seus argumentos na disputa pela verdade dos fatos?

A representação da imagem de si e do outro na mídia: o jogo político

Qual a imagem que o político tem de si, do seu público e acredita representar para este sobre sua pessoa e atos?

Este questionamento ilustra os elementos presentes na disputa do campo político, faz parte do jogo das representações em que participam, direta ou indiretamente, os especialistas políticos que atuam como protagonistas ou produtores da imagem de outro, ao buscar promover positivamente a forma como é representado ao público. Dependendo do número de audiência, ou seja, de adesão, que é convertida em votos, estes alcançam os resultados esperados e passam a ocupar um lugar privilegiado, no controle do poder político.

Para isso, uma série de estratégias e recursos são mobilizados para conquistar a simpatia e a credibilidade do público. Não se trata, apenas, de ludibriar os eleitores com a imagem de “bom político”, mas sim de convencer pelo argumento de legitimidade, pela demonstração de seus atos, (re) produzidos por si e pelos seus adversários. Além disso, os especialistas da política (políticos e jornalistas que se dedicam ao comentário político) para conquistarem a eficácia discursiva sustentam seus discursos com base em visões estereotipadas que constroem sobre seu público, ao refletir sobre suas crenças e valores, para delas se apoiarem na construção de seus argumentos.

Apesar destas proposições se referirem ao ambiente político e midiático contemporâneo, estas são compatíveis e possíveis de aplicação ao caso do Rio Grande do Sul, ao discurso produzido na imprensa político-partidária em 1922, pelo fato de possuírem um universo discursivo semelhante e por utilizarem estratégias retóricas comuns, tanto no que diz

respeito a construção da imagem de si e do outro no discurso quanto na pretensão de se adequar aos valores e concepções de mundo dos leitores.

Por esta razão, emprego as reflexões teóricas de Pierre Bourdieu produzidas em meados do ano de 1988, em que analisou a forma como a política era pensada e produzida pelos especialistas políticos em pleno contexto eleitoral, ao analisar o modo como os candidatos se apresentavam e como atuavam os “politicólogos midiáticos” perante a imprensa e os eleitores. Conforme o autor:

Esta região do mundo social [a cotidianidade política], mais que qualquer outra, produz e impõe sua própria representação de si mesma: aqueles que fizeram disso seu negócio passaram a ser mestres da representação de si mesmos, o que é uma das condições da acumulação desta espécie particular de capital simbólico que é o capital político; atualmente eles não andam sem um acompanhamento de cenógrafos, os quais introduzem na prática política uma versão semi-erudita da ciência social; seus atos e seus propósitos constituem o objeto de uma exegese permanente, a qual sob a aparência de objetivá-lo, participa do objeto e contribui para sua representação. (BOURDIEU, 1988, p. 01).

A temática da representação foi estudada e problematizada por Bourdieu em diversos textos. Aqui, apresentarei algumas de suas ideias com a finalidade de explicar os recursos empregados pela mídia, em especial a imprensa política, na produção da notícia, na defesa da verdade que é sustentada e inquestionada por uma suposta “opinião pública”.

Antes de abordar as ideias centrais do referido autor, é necessário esmiuçar um dos elementos do questionamento inicial desta seção, que se refere à imagem que os políticos ou os jornalistas possuem do seu público. Pensar a representação da imagem, seja de si ou do outro, está completamente relacionado à visão que se tem do mundo social, das relações de poder, em suma, do capital político conquistado. Que depende, diretamente, do conhecimento que os inseridos no jogo político possuem do lugar que ocupam na sociedade, do poder de influência daqueles que estão acima e abaixo de si.

Através da construção de imagens, idealizadas e estereotipadas, os políticos colocam em ação suas estratégias para enaltecer a representação de si, depreciar a pessoa do adversário e também para (im) possibilitar alterações na classificação da ordem social, no que se refere à consciência e a força de mobilização da ação política. Conforme Bourdieu (1981, p. 01), “[...] esta ação visa produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do

mundo social que sejam capazes de agir sobre este mundo na medida em que agem sobre a representação que dele fazem os agentes”.

Neste sentido, a imagem que os políticos possuem de seu público depende da ordem de seus interesses (aspectos ideológicos e o projeto político do partido), que está totalmente vinculada à conjuntura política em que se encontra, e também da forma como seu partido político é representado e percebido no cenário político nacional. Ou seja, o político para se aproximar de seu público e, assim, conquistar sua simpatia precisa antes de tudo conhecê-lo, para apreender sua visão de mundo, juízos e valores, e logo identificar suas necessidades e aspirações.

Por mais maquiavélico que possa aparecer esta proposição, ao pretender-se fazer amado pelo público, a ação parte da lógica do processo de aquisição da eficácia política, que reconhece o potencial persuasivo da enunciação que se pronuncia em nome da vontade coletiva e que se apresenta como porta-voz da opinião pública.

A tese sustentada por Bourdieu, parte da hipótese que o autor do discurso político tem uma visão estereotipada do seu público, reflete sobre seus valores e juízos, para em seguida reproduzir ou transformar tal representação de mundo. Desta forma, os profissionais políticos acionam alguns mecanismos simbólicos, o capital pessoal e político, para transmitir confiabilidade e autoridade, como também, utilizam-se da interação com o público para demonstrar que pensam como eles e objetivam os mesmos resultados. Sobre a representação de mundo social e a eficácia do discurso político, o autor explica que:

Para garantirem esta mobilização duradoura, os partidos devem, por um lado, elaborar e impor uma representação de mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os seus tributários.

Assim, a produção das idéias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de fato à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número. (BOURDIEU, 1989, p. 174).

Por meio desta estratégia, o especialista político constrói novos consensos, destrói a imagem e a opinião dos adversários e enaltece ainda mais a sua imagem e a do seu partido. Tudo isso, para controlar o modo como os acontecimentos, em que estão direta ou indiretamente envolvidos, são vistos pelo grande público.

Neste ponto, no controle da repercussão dos acontecimentos, encontra-se outro aspecto polêmico do discurso dos especialistas políticos, que se refere ao apoio da opinião pública. Estes profissionais disputam entre si o título de porta-voz da opinião pública, por ser um recurso midiático persuasivo, que muito se aproxima do estatuto da verdade e da divulgação de ter sobre seu apoio um maior número de pessoas.

Trata-se de uma violência simbólica, que se apoia no julgamento moral do adversário, em momentos que permitem interpretações negativas de seu caráter e da sua postura política. Esta estratégia é colocada em ação por meio do argumento *ad persona*, que segundo a teoria aristotélica (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 126) visa desmoralizar a pessoa do adversário, ao passo de demonstrar ao público que o candidato X não é confiável e que seu caráter revela o que se pode esperar de seus atos, ou seja, induz a previsões pessimistas.

Desta forma, as instituições jornalísticas constroem suas representações sobre os outros e sobre si, a partir do pressuposto de existir um consenso geral, que é identificado na voz do grande público. Pode-se acrescentar também a força da elocução, que está fundamentada no crédito, na crença e no reconhecimento (BOURDIEU, 1989, p. 187), da pessoa que discursa ou que é representada. Esta parte da capacidade de conquistar a confiança do público, que reconhece suas intenções como positivas, por estar afirmando-se preocupado com o bem comum e por isso alertar sobre os atos de determinado político, com o intuito de evitar males futuros.

Neste sentido, a partir desta breve exposição das teses de Pierre Bourdieu, no que se refere a lógica de funcionamento do campo político, passo agora para o ponto central deste artigo, para análise dos dispositivos simbólicos e retóricos empregados pelo *Correio do Sul* e pela *A Federação* ao narrar o assassinato do coronel Vasco Alves Nunes Pereira na primeira mesa eleitoral de Alegrete. Desta forma, me apoiarei nos pressupostos teóricos de Pierre Bourdieu, assim como explicarei a credibilidade pessoal e política do coronel, a partir do conceito de relação diática de Carl Landé.

“Infames e covardes – assassinos e ladrões”: o discurso do *Correio do Sul* e da *A Federação* sobre “a chacina de Alegrete” (1922)

O título alegórico desta seção apresenta um dos sinais dos recursos retóricos empregados pela imprensa do Rio Grande do Sul no contexto da Primeira República (1889-1930). Esta que se caracterizava pelo seu caráter político, que atuava como uma extensão do discurso dos partidos políticos e do Estado. Por meio de enunciados dramáticos e evocativos, tanto o jornal oposicionista, *Correio do Sul*, quando o do governo, *A Federação*, disputavam entre si o domínio da verdade dos fatos, que era proclamado pela aceitação e o reconhecimento do público.

A frase ofensiva contida no título, foi retirada das edições do *Correio do Sul* e da *A Federação*, que divulgaram o assassinato ocorrido na primeira mesa eleitoral do município de Alegrete, durante a eleição para presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 1922. Antes de analisar as notícias sobre o crime publicado pela imprensa, é importante situar alguns aspectos da política do Rio Grande do Sul na Primeira República, para que se possa compreender a lógica de funcionamento dos recursos simbólicos e retóricos colocadas em ação na disputa política.

O Estado do Rio Grande do Sul, desde o ano de 1895, estava sob a hegemonia política do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Inicialmente, pelo comando de Júlio Prestes de Castilhos, que edificou o programa do partido, o presidiu e também fundou e dirigiu o jornal *A Federação*. Depois, por seu sucessor, Antônio Augusto Borges de Medeiros que mais tempo ficou no poder, ao somar no ano 1928 vinte e cinco anos na presidência do Estado, que somente no intervalo de 1908 a 1913 foi substituído por Carlos Barbosa.

A oposição política era representada pelo Partido Federalista (PF), fundado por Gaspar Silveira Martins em 1892, e pelo Partido Republicano Democrático (PRD), fundado por Joaquim Francisco de Assis Brasil e Fernando Abbot em 1908, a partir da dissidência do Partido Republicano Rio-Grandense. No campo da disputa eleitoral, a oposição política somente conseguiu uma maior participação e mobilização na eleição de 1922, quando ocorreu a unificação dos dois partidos na Aliança Libertadora, sob a candidatura do democrata Assis Brasil.

A imprensa político-partidária do Rio Grande do Sul, neste contexto eleitoral, concentrou suas publicações na propaganda política e nas notícias do pleito de 25 de novembro de 1922, que decidiria quem assumiria a presidência do Estado na gestão de 1923 a 1928. Encontravam-se na disputa o PRR, situação política do Estado, sob a candidatura de

Borges de Medeiros, que concorria ao quinto mandato presidencial, e a Aliança Libertadora, coligação oposicionista formada entre os correligionários do PRD, PF (a facção “pintista”) e dissidentes do PRR, sob a candidatura de Assis Brasil.

Durante o pleito eleitoral de 25 de novembro de 1922, ocorreram em diversos municípios do Estado conturbações nas mesas eleitorais, relacionadas aos movimentos fraudulentos que tentaram desestabilizar a realização da votação. Nos dias que precederam à eleição, a imprensa político-partidária emitiu diversos artigos sobre o desenvolvimento da votação no interior e na capital do Estado, acusando os adversários políticos de terem compartilhado com a fraude e a corrupção eleitoral.

As notícias dos episódios ocorridos no pleito eleitoral foram estampadas nas páginas dos jornais, com o intuito de informar os sul-rio-grandenses do desfecho da acirrada disputa entre republicanos e libertadores. Entre as notícias divulgadas na imprensa, encontram-se as denúncias da fraude eleitoral e do assassinato do coronel federalista Vasco Alves Nunes Pereira, ocorrido na primeira mesa eleitoral do município de Alegrete.

Figura 1. Correio do Sul.



Fonte: ARPMB. Arquivo Público Municipal de Bagé. RIBAS, João Fanfa. A nobre vítima. *Correio do Sul*. n. 2.485, p. 01, 28 nov. 1922a.

Segundo a versão do jornal oposicionista, *Correio do Sul* (1922b, p.01), o coronel Vasco Alves foi traiçoeiramente fuzilado pelas costas quando subido numa cadeira tentava acalmar os ânimos exaltados dos correligionários assisistas e borgistas, no tumulto gerado com o protesto dos federalistas (assisistas) Alexandre Lisboa e Gaspar Saldanha, que denunciaram que um borgista tentava votar pela terceira vez.

O assassinato provocou um sentimento de revolta e indignação entre os federalistas e assisistas. O coronel era um líder político respeitado e atuante no Diretório Central do Partido Federalista, inclusive participou do processo de unificação das forças oposicionistas, da candidatura de Assis Brasil. Foi uma das lideranças do comitê pró-Assis do município de Alegrete, que tinha se dedicado na propaganda e na arregimentação de eleitores para a vitória de Assis Brasil.

Como se pode perceber, o uso da violência e da fraude eram recursos empregados pelos grupos políticos em momentos de crise para permanecer ou ingressar no poder. Segundo Luís Grijó (1998), o emprego da violência era uma prática corriqueira nas disputas políticas do Rio Grande do Sul. Em sua dissertação descreveu um episódio de tiroteio ocorrido durante o comício de Pedro Moacyr, que envolveu apoiadores de Fernando Abbott (entre eles, o referido orador) e componentes do Bloco Estudantil, que tinha como participante Getúlio Vargas, que apoiara Borges de Medeiros na disputa das facções do PRR, durante a eleição de 1906-1907. Em sua análise do episódio, o autor afirmou que:

Este episódio mostra bem o lugar da violência quanto um recurso até certo ponto lícito no jogo político. Se outros meios não atingem resultados, o recurso à violência se faz necessário. E os jovens “militantes” não se furtaram em demonstrar para os velhos chefes que também eram capazes de fazer uso desta espécie de último recurso. (GRIJÓ, 1998, p. 106-107).

Desta forma, a violência era mobilizada como alternativa para alterar determinada situação política, sobretudo, aquelas que fugiam do controle e da expectativa dos envolvidos na disputa pelo poder. Este recurso, quando empregado nos pleitos eleitorais, era colocado em ação, na maioria das vezes, pela clientela do coronel e/ou do chefe político local, pelos homens de confiança, com quem os participantes do jogo político mantinham relações diáticas de reciprocidade.

Cabe, aqui, explicar alguns conceitos que definem os tipos de relações sociais estabelecidas durante a Primeira República, que direcionaram a forma como as relações políticas se configuraram no Estado do Rio Grande do Sul. Para isso, parto das proposições de Carl H. Landé (1977), de modo a identificar e caracterizar as relações estabelecidas no município de Alegrete, no contexto político-eleitoral de 1922.

Carl H. Landé (1977, p.02) analisou as redes políticas clientelistas, a partir do estudo do conjunto das relações diáticas, evocadas para alcançar interesses pessoais ou coletivos. Para o autor, essas relações dependem dos compromissos pessoais e se sustentam na lógica de reciprocidade, na concessão de favores, na proteção pessoal e na troca de lealdade pessoal e política. Este tipo de relação pessoal é identificado entre as práticas sociais estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul no período analisado, sobretudo, através dos acordos mantidos entre patrão e o cliente. Este tipo de estratégia, segundo a distinção feita por Landé, é caracterizada como relação diática não-corporada, por não associar os indivíduos em uma instituição e nem ligá-los por objetivos e deveres comuns, como acontece nas relações estabelecidas entre os membros de um partido político, que formam um grupo corporado.

Desta forma, a relação diática não-corporada patrão-cliente se estrutura na posição vertical, por aproximar indivíduos de condições sociais distintas, na relação de reciprocidade firmada entre um indivíduo que detém de um grande capital social e simbólico, com outro, despossuído de qualquer privilégio ou reconhecimento social. No que se refere a distinção existente entre a relação patrão-cliente, chamo atenção para um aspecto significativo, para a mobilização dos recursos simbólicos, que determinam o grau de representatividade do indivíduo no espaço social e político em que está inserido.

Na seção anterior, apresentei alguns aspectos estudados por Pierre Bourdieu (1989), no que diz respeito aos elementos colocados em ação na representação política. Retomo alguns de seus conceitos para explicar os recursos mobilizados pelo patrão (coronel) no âmbito local político. Está análise se faz necessária, para entender qual o lugar ocupado pelo coronel Vasco Alves Nunes Pereira no espaço social e político do município de Alegrete.

O prestígio social do patrão era adquirido através de um capital social herdado e/ou conquistado, que era detido pelo reconhecimento pessoal que os outros tinham dele e também estava relacionado ao poder de influência exercido pelo seu capital político e econômico. Por outro lado, o peão, que mantinha relações clientelistas com o patrão, era despossuído de

qualquer riqueza e sobrevivida prestação de trabalho e recompensas. Esta leitura, da relação patrão-cliente, pode ser identificada no estudo realizado por Luís Grijó. Conforme o autor:

O patrão torna-se controlador de uma clientela formada por peonada, muitos dos quais dispostos inclusive a morrer por ele nos conflitos armados que na chamada Revolução Federalista de 1893, entre outros casos, assumiram um caráter de extrema violência como demonstra a prática corriqueira da degola de adversários capturados. A peonada devia ao patrão, além de sua sobrevivência e de sua família [...], a segurança frente a agentes de poderes do Estado, principalmente policiais e judiciários, de modo que um estancieiro bem relacionado poderia recorrer a seus amigos para livrar um seu peão com problemas, ou ele próprio o fazia diretamente na medida em que ocupasse um cargo público. (GRIJÓ, 1998, p. 32-33).

Por meio da mobilização de um capital simbólico (BOURDIEU, 1989), o patrão reforçava junto a sua clientela seu prestígio social, que o possibilitava de inserir-se em outros lugares, principalmente no espaço político, por este possuir um número significativo de seguidores que o seguiam na orientação do voto. Este prestígio extrapolava ao fascínio, em função do envolvimento e influência dos coronéis na vida da peonada e da população pobre, conforme apontou Jonas Vargas (2007, p. 179), ao analisar as influências dos milicianos no final do século XIX.

O coronel Vasco Alves Nunes Pereira, que foi assassinado no dia da eleição em 1922, detinha deste capital pessoal. Era respeitado e reconhecido em toda a região, por seu caráter, coragem e comprometimento com a política do Rio Grande do Sul. Qualidades que foram apontados pelo *Correio do Sul*, quando foi realizada a análise da sua trajetória, na edição que notificou sua morte. Conforme as palavras do jornal opositorista:

Foi, no seio das hostes federalistas, um dos primeiros no sacrifício e um dos últimos a reclamar o quinhão que lhe cabia na partilha das glórias. Dirigente de partido, o que equivale, no federalismo, ao dizer “condutor de homens livres” o coronel Vasco Alves não demonstrou nunca temperamento de ditador: procurava ouvir os amigos, auscultava o sentir dos dirigentes e amparava-se na vontade da maioria, de modo a não dar salto nas trevas, a não cair desamparado da solidariedade partidária. Foi rico, e os gastos da revolução, a que serviu com desprendimento digno de nota, o reduziram a pobreza, da qual se libertou a força de trabalho honesto e grande tenacidade. Tinha enorme prestígio eleitoral em sua terra, onde o público o admirava e o invejava.

Chegava ao último quartel da vida, com cerca de oitenta anos de lutas gloriosas, quando foi alvejado e morto para o Gaudio dos déspotas e orgulho dos tiranos. E, mesmo assim morreu pedindo calma aos amigos que procuravam vingar o seu homicídio. (CORREIO DO SUL, 1922a, p. 01).

Como pode ser identificado na citação acima, Vasco Alves Nunes Pereira, detinha não só de um capital social, mas também de um capital político, pela sua atuação no Partido Federalista e, anteriormente, no Partido Liberal. Sua participação na política local, pode-se dizer, foi algo legado de sua família, tanto do lado paterno, pela influência dos Vasco Alves, quanto pelo materno, pelos Nunes Miranda, famílias respeitadas no espaço social e político da região.

Era filho do general Vasco Alves Pereira, estancieiro em Alegrete que foi honrado pelo Império com o título de Barão de Santana do Livramento, pelos serviços prestados na Guerra do Paraguai. Sua família estava envolvida na política local e provincial, o general foi chefe local do Partido Liberal, seu filho mais velho (irmão do coronel Vasco Alves), Álvaro Nunes Pereira foi deputado pelo Partido Liberal. Estas participações políticas refletiram na concentração de um capital político e no prestígio de sua família entre a população local.

A família de sua mãe, Rosa Isabel Nunes Miranda, era influente economicamente e politicamente no Estado. O irmão de sua mãe, o engenheiro Francisco Nunes Miranda, possuía investimentos financeiros em Rio Grande e no Banco da Província, e também foi responsável pelas obras da Estrada de Ferro Uruguaiana-Porto Alegre, que o possibilitou grande riqueza. Além de ter atuado na política, como Deputado Estadual pelo Partido Liberal (VARGAS, 2007, p. 237).

De modo geral, esbocei o capital social e político herdado, ampliado e reproduzido pelo coronel Vasco Alves Nunes Pereira e sua família, em busca de apontar o lugar ocupado por ele no espaço social e político do município de Alegrete. Cabe, também, ressaltar que o título de coronel foi concedido pelo Partido Federalista, por sua importância militar na Revolução Federalista (1893-1895), por sua legitimidade diante os chefes políticos e a peonada, que o acompanhavam nos combates.

Na edição de 28 de novembro do *Correio do Sul*, a primeira depois da eleição, foi publicado o artigo denominado A nobre vítima, que transmitiu a notícia, o pesar e a revolta dos federalistas e assististas com o assassinato do coronel na primeira mesa eleitoral de

Alegrete. Logo na introdução do artigo, o diretor do jornal, Fanfa Ribas, transpareceu um sentimento de afeto e respeito ao líder político, por meio da técnica retórica emotiva e representacional buscou comparar o coronel a um mártir a fim de identificá-lo como um herói que perdeu sua vida em nome de uma causa maior, a libertação do Rio Grande do Sul. Como pode ser identificado na seguinte frase: “É mais uma vítima que vai figurar no martirologio dos defensores da Liberdade” (CORREIO DO SUL, 1922a, p.01).

Através de uma linguagem simbólica e emotiva o redator traduziu o quanto o Partido Federalista sentia com a morte de um dos seus mais importantes correligionários, tanto que o colocou no pedestal dos mártires do federalismo para ser lembrado por todos os combatentes da liberdade, ou seja, os assististas que lutavam contra a ditadura borgista.

Essa interpretação foi realizada através da análise de uma cadeia de argumentos que exploraram a ideia de dualidade e contradição para diferenciar e caracterizar os atos dos assististas e dos borgistas. Por meio dessa lógica discursiva, o *Correio do Sul* emitiu fortes críticas aos correligionários do PRR, responsabilizando-os pelo crime:

Estava o plano delineado ao sabor dos costumasses falsificadores de eleições e deturpadores do regime.

Era preciso anular o resultado do pleito em uma mesa onde a vitória se pronunciará imponente para o lado dos oprimidos da ditadura, e, embora corresse sangue brasileiro, sangue herói, embora, não podia prevalecer aquele triunfo estupendo.

Que vale a vida de um homem, mesmo que esse homem seja um dos mais puros e dos mais preciosos elementos da sociedade, em fase dos interesses eleitorais do ditador, que precisa, quer e impõe a vitória dos sufrágios para o seu nome? (CORREIO DO Sul, 1922a, p. 01).

Na passagem acima, transpareceu a hipótese argumentativa formulada através da racionalização das condições favoráveis à atuação do adversário. Com esse dispositivo retórico, Fanfa Ribas expôs aos leitores os possíveis motivos que influenciaram os borgistas a cometerem tamanhas atrocidades na primeira mesa eleitoral de Alegrete.

Na versão do *Correio do Sul*, os correligionários do Partido Republicano Rio-Grandense necessitavam impedir a vitória de Assis Brasil naquela mesa eleitoral. Por isso se valeram de métodos desonestos e cruéis para tumultuar e prejudicar a vitória da oposição, fazendo com que os tiroteios amedrontassem os eleitores levando-os a desistirem de votar, deixando o espaço livre para os fiscais situacionistas fraudarem as eleições.

Figura 2. Correio do Sul.



Fonte:

ARPMB. Arquivo Público Municipal de Bagé. PORTELA, Francisco. Em Genuflexão. *Correio do Sul*. n. 2507, p.01, 24 dez. 1922c.

Entretanto, não foi apenas na forma de denúncia que o *Correio do Sul* referenciou a morte do nobre correligionário, também se utilizou de recursos simbólicos para sensibilizar e mobilizar os leitores. Utilizou da imagem de herói sacrificado como um símbolo da luta contra a ditadura borgista, o referenciou como um herói que perdeu sua vida em nome da libertação do Rio Grande do Sul, em nome de um interesse universal. Conforme suas palavras:

Aos heróis como aos deuses adora-se de joelho, posição que ante um símbolo consola e ante um herói consola e eleva.

De joelho sejam pronunciadas as nossas primeiras palavras e vocativas do legendário guerreiro magnânimo que a malvadez e a ingratidão abateram num golpe de vileza e num gosto de vandalismo.

[...] Mataram-no quando ele, o valente, o justo e o bom, de braços estendidos e fronte erguida, num aceno amplo de cristão, num assomo sereno de concórdia e de amor ao próximo, pedia calma e pedia paz.

[...] Caiu como atravessará a vida: com dignidade e honra; caiu para o alto, tombou para ser maior, para erguer-se impávido e magnífico no bronze da imortalidade.

[...] A História o sagrará definitivamente a admiração dos pôsteres, e estes como os de ganho, terão mais um fulgido paradigma de honra a seguir.

E, abeirando em genuflexão através do pensamento do tumulto que guarda os despojos do herói, beijamos a lapide que o cobre, num demorado ósculo de respeito e de saudade (CORREIO DO SUL, 1922c, p. 01).

No trecho citado acima, identifica-se a presença do gênero epidíctico, empregado para qualificar positivamente a pessoa do coronel, através de uma linguagem rebuscada e dotada de juízos de valores que buscou exaltar seus atos e a virtude do seu caráter. O gênero epidíctico é empregado nos elogios fúnebres, como homenagem e reconhecimento a pessoa do falecido, e serve para envolver emocionalmente o público e produzir um sentimento de comunhão com orador (PERELMAN; TYTRCA, 2005, p. 56).

Nessa passagem, o redator Francisco Portella apoiou-se nos valores universais, na noção cristã do sacrifício e da glorificação a vida eterna, numa completa analogia da morte do coronel a de um mártir santificado. Com este dispositivo simbólico, pretendeu emocionar e sensibilizar os leitores ao imprimir seu juízo sobre o crime, de modo a induzi-los a distinguirem os bons dos maus, os justos dos injustos e os culpados dos inocentes.

O coronel Vasco Alves Nunes Pereira foi constantemente qualificado no *Correio do Sul* como um herói e uma divindade pela sua coragem e pureza de ações, com a intenção de mostrar aos leitores o quanto importante ele era para o federalismo e para a Aliança Libertadora, pela raridade e a unicidade do seu caráter e ação.

Por outro lado, *A Federação*, jornal situacionista, não deu muito destaque a notícia do assassinado do coronel federalista, tratou em apenas uma edição que, aliás, foi retirada da matéria publicada no jornal *A Gazeta de Alegrete*, partidária do Partido Republicano Rio-Grandense. Dessa forma, pode-se deduzir, que *A Federação* tentou desviar o crime da atenção do público, já que recaia sobre os correligionários republicanos a suspeita do assassinato.

Figura 3. A Federação.

Fonte: AHMSM. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Os sucessos de Alegrete – Os frutos da campanha assistista. *A Federação*. n. 280, p. 01-02, 06 dez. 1922.

No título do referido artigo, retirado da *Gazeta de Alegrete*, estava a seguinte frase: “*Os sucessos de Alegrete – Os frutos da campanha assistista*”, que sintetizou o julgamento desenvolvido no corpo do texto, ao transmitir um sentido depreciativo e irônico às atitudes dos adversários do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) no dia da eleição. Com isso, a notícia pretendeu dissimular a versão assistista e eleger a borgista como verdadeira e digna de aceitação.

Segundo Lindolfo Collor, editor-chefe da *A Federação*, o artigo transcrito manteve-se fiel à publicação do jornal da cidade de Alegrete, apresentou a avaliação dos próprios alegretenses sobre os conflitos eclodidos nos últimos comícios da campanha eleitoral de Assis Brasil, de modo a interligar as irregularidades e imoralidades praticadas pelos correligionários assististas no dia do sufrágio universal.

O jornal alegretense descreveu alguns episódios da campanha eleitoral da Aliança Libertadora, para demonstrar o quanto suas suspeitas eram legítimas por recaírem, mais uma vez, no julgamento dos fatos e consequências derivadas das atitudes dos assististas. Conforme o referido artigo:

No comício realizado na Praça 15 de Novembro, quando aqui esteve o dr. Assis Brasil, alguns dos oradores chegaram ao excesso da linguagem, sem menor respeito a autoridade constituída, que era a cada momento envolvida em insultos. Esses ataques violentos estendiam-se sempre aos republicanos que mantinham a fé castilhistas e recusavam aderir ao assistismo. Chamavam-nos, os oradores vermelhos, quando menos, de escravos brancos, canalhas,



etc., etc.

[...] E tudo isso, os republicanos de Alegrete sofriam com resignação evitando os golpes e as provocações, retraindo-se para evitar atritos e explorações. A tolerância republicana, porém, começava a ser interpretada como covardia pelos adversários. (A FEDERAÇÃO, 1922, p. 02).

Essa descrição buscou situar os leitores no momento que o acontecimento referenciado ocorreu, de modo a possibilitar a compreensão do seu significado na totalidade da realidade. Nesse sentido, a folha alegretense concentrou-se nos detalhes de cada atitude da oposição política, com o propósito de identificar as ações que os prejudicavam segundo a avaliação moral e ética.

Por meio desse tipo de análise, buscou interligar os acontecimentos com o intuito de incriminar os adeptos da Aliança Libertadora pelos conflitos ocorridos durante a eleição em Alegrete. Assim essa construção retórica, fundamentou-se nas ligações de sucessão, ou seja, na análise da causa e dos efeitos dos fenômenos temporais, e no argumento *ad persona* (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 126) que se consolidou na depreciação da pessoa do adversário, nesse caso dos correligionários de Assis Brasil.

Além desses dispositivos discursivos, outro, não menos importante, transpareceu na descrição da folha alegretense, a comparação que foi empregada para avaliar a postura dos assististas e dos borgistas. Nessa pretensão discursiva buscou-se demonstrar que os borgistas eram superiores aos assististas a partir da avaliação do grau de moralidade e tolerância das suas personalidades.

Em suma, no referido artigo prevaleceu um discurso informativo e crítico sobre as atitudes desenvolvidas pelos partidários de Assis Brasil na véspera e no dia da eleição. Segundo foi informado:

Ao mesmo tempo a cabala se desenvolvia desenfreada por certos partidários do dr. Assis Brasil, que usavam de todos os meios de compressão, amedrontando eleitores com a intervenção federal, com ameaças de revolução e outros meios eficazes para demover a gente simples e modesta do cumprimento do dever partidário.

E essa campanha, seguida de boatos terroristas, espalhados em todos os recantos do município procurando a abstenção dos republicanos surtiu o efeito desejado, pois só no 2º distrito deixaram de comparecer às urnas 60 eleitores mais ou menos, que iam sufragar o nome do dr. Borges de Medeiros. (A FEDERAÇÃO, 1922, p. 02).

Nesse sentido, o artigo transcrito da *A Gazeta de Alegrete*, pretendeu dar provas concretas dos atos imorais desenvolvidos pelos partidários de Assis Brasil. Buscou relacionar os acontecimentos do passado com os ocorridos no dia da eleição, de modo a apresentar as consequências dos fatos numa perspectiva quantitativa, para comprovar os danos que os assististas causaram aos republicanos ao intimidarem seus eleitores a não comparecerem às urnas.

As ameaças referidas na passagem acima, diz respeito aos boatos feitos pelos adeptos da Aliança Libertadora de uma possível intervenção federal de uma revolta armada, caso os republicanos vencessem a eleição. Na versão dos republicanos, era um mecanismo de intimidação colocado em ação pela oposição para forçar os eleitores a não se fazerem presentes no dia da eleição ou votarem em Assis Brasil, de modo a evitar medidas extremas e o derramamento de sangue no Estado do Rio Grande do Sul.

Nesse momento, havia a suspeita, por parte da oposição política, que os republicanos valeram-se da fraude para forçar a vitória de Borges de Medeiros nas mesas eleitorais em que sua derrota era prevista. Dessa forma, ambos os lados políticos atacavam-se na imprensa de serem os culpados dos crimes ocorridos no dia da eleição.

No decorrer das informações apresentadas, *A Gazeta de Alegrete* concentrou-se no detalhamento das confusões ocorridas na primeira mesa eleitoral do município de Alegrete. Mencionou a hora e o local em que se realizou a eleição, descreveu o andamento da votação e acrescentou que os eleitores republicanos e assististas foram separados em espaços, “no salão onde estava instalada a mesa, ficaram os opositoristas, e no pátio da Intendência, os republicanos” (A FEDERAÇÃO, 1922, p. 02). Tratando-se, na opinião da imprensa da situação política, de uma medida de segurança para evitar qualquer espécie de tumulto que pudesse atrapalhar e prejudicar o desenvolvimento da eleição.

Com essa informação, a folha pressupôs, implicitamente, que os republicanos deixaram os assististas votarem primeiro para evitarem de escutarem insultos, ameaças e discussões com estes. Nesse sentido, a ideia de superioridade e inferioridade foi novamente evocada no editorial, com a intenção de diferenciar republicanos e assististas a partir da qualificação das suas atitudes.

Em seguida, desenvolveu a temática do conflito com o propósito de revelar o motivo que levou os assististas a colocarem em práticas atrocidades na primeira mesa eleitoral em

Alegrete. Segundo a folha, os opositores estavam com tudo arquitetado para atrapalhar a votação e impedir a vitória de Borges de Medeiros.

Conforme dissemos, os assististas exaltados aguardavam apenas um “motivo” para levar a efeito a mashorca planejada.

E às 22 horas mais ou menos, quando um cidadão eleitor republicano apresentava-se a votar, o dr. Alexandre Lisboa, fiscal da oposição protesta no que é secundado por diversos correligionários exaltados.

Observaram-se então preparativos para uma agressão, por parte dos assististas que estavam para além do gradil que divide a sala do Conselho. Do grupo assistista partiram gritos e insultos violentos contra o eleitor e ao Partido Republicano, ouvindo-se repetidas vezes: “canalhas”, “patifes” etc.

Os planejadores do conflito tinham a final conseguido o seu tétrico fim. (A FEDERAÇÃO, 1922, p. 02).

Nessa passagem é possível identificar a minúcia da apreensão do tempo e do espaço, a forma como foi narrada a ação dos assististas e dos republicanos na trama e o significado do ato no resultado da eleição. Com essa exposição à folha alegretense, simpatizante do PRR, pretendeu despertar a atenção dos leitores de modo a envolvê-los na narrativa, fazendo-os transportarem para sua imaginação a cena do crime, o momento em que o fiscal assistista impediu o republicano de votar e a confusão invadiu o espaço da votação.

De acordo com as informações apresentadas pela *A Federação*, a partir da transcrição do artigo publicado na *A Gazeta de Alegrete*, os correligionários de Assis Brasil estavam mal intencionados na eleição daquela mesa eleitoral, fizeram de tudo para armar um tiroteio e impedir a vitória de Borges de Medeiros à presidência do Estado. Dessa forma, os assististas eram para os republicanos os vilões, os inimigos da ordem e da paz no Rio Grande do Sul. *A Gazeta de Alegrete*, assim como a própria *A Federação*, difundiu essa imagem depreciativa aos leitores com o propósito de motivá-los a se posicionarem contra os partidários da Aliança Libertadora, os quais o *Correio do Sul* representava.

Contudo, *A Federação* ao transcrever o artigo publicado na *A Gazeta da Alegrete*, defendeu ao público que detinha o controle da verdade dos fatos, por trazer notícias da própria imprensa do município de Alegrete, do local em que ocorreu o crime, ao contrário da imprensa oposicionista, que propagava a versão de terceiros, daqueles que falavam sem a eficácia verídica.

Considerações finais

A notícia do assassinato do coronel Vasco Alves Nunes Pereira ocorrido no dia da eleição para presidente do Estado em 1922, foi alvo da disputa simbólica e retórica de ambos os partidos políticos, principalmente da oposição, representada pela Aliança Libertadora, que tratou o crime em várias das edições do *Correio do Sul*. Esta imprensa político-partidária valeu-se do prestígio do coronel e do fato dele ter sido federalista e adepto da Aliança Libertadora, para sensibilizar os leitores a aderirem a sua versão do crime como verdadeira. Dessa forma, o *Correio do Sul* empenhou-se em atacar a imagem do Partido Republicano Rio-Grandense, ao acusar seus correligionários de responsáveis do crime e de colocarem em ação recursos fraudulentos no dia da eleição.

Por outro lado, a *Federação* respondeu com agressividade as acusações através de artigos que denunciaram os atos dos assistidos antes e depois do pleito de 25 de novembro, de modo a apresentar evidências ao grande público da imoralidade política da oposição e da real possibilidade destes ter sido os responsáveis pelo tumulto ocorrido na primeira mesa eleitoral de Alegrete, que tirou a vida do federalista Vasco Alves Nunes Pereira.

A partir da análise e da interpretação dos sentidos atribuídos as representações simbólicas e retóricas empregadas pelo *Correio do Sul* e pela *A Federação*, ao narrar a morte do coronel Vasco Alves, foi possível constatar que ambos os jornais político-partidários valeram-se dos valores morais reconhecidos pelo grande público com o propósito de sensibilizar e convencer que suas teses eram verídicas e incontestáveis. Assim, através da identificação de quem eram seus leitores e de suas concepções sobre o crime, os jornais representantes dos partidos políticos adversários do Rio Grande do Sul, construíram suas versões sobre o assassinato do coronel Vasco Alves, usando-se do julgamento moral do outro, a partir do argumento *ad persona*, que visou atacar a pessoa do adversário naquele contexto eleitoral, ao passo de enaltecer a imagem e os atos do seu partido e correligionários.

Dessa forma, o estudo realizado por Pierre Bourdieu e Carl Landé, sobre a lógica de funcionamento da política e das formas de articulação dos políticos e lideranças locais, a pesar de não abordar o caso específico do Rio Grande do Sul na Primeira República, contribuiu significativamente, para entender como eram mobilizados os recursos simbólicos e retóricos

empregados pela imprensa, *Correio do Sul* e *A Federação*, para defender seus partidos políticos em um contexto de tensão e disputa eleitoral.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Descrever e prescrever: nota sobre as condições de possibilidade e os limites da eficácia política*. Tradução para fins didáticos de *Décrire et prescrire: note sur les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique*. Actes de la recherche en sciences sociales, pp. 69-73, maio, 1981

BOURDIEU, Pierre. *Pensar apolítica. Tradução para fins didáticos de Penser la politique*. Actes de la recherche en sciences sociales, p. 2-3, junho, 1988.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/DIFEL, 1989, pp. 163-207.

GRIJÓ, Luís Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada 'geração de 1907*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, 1998.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A mídia brasileira no século XXI: desafios da pesquisa histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014, p. 279-298.

LANDÉ, Carl H. *A base diádica do clientelismo*. Tradução para fins didáticos de *Introduction: the diadic basis of clientelism*. In: SCHMIDT, S. W. et al. (org.). *Friends, followers and factions: a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977a, p. xiii-xxxvii.

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. [trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira]. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

Fontes (Jornais)

AHMSM. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Os sucessos de Alegrete – Os frutos da campanha assistida. *A Federação*. n. 280, p. 02, 06 dez. 1922.

ARPMB. Arquivo Público Municipal de Bagé. RIBAS, João Fanfa. A nobre vítima. *Correio do Sul*. n. 2.485, p. 01, 28 nov. 1922a.

_____. PORTELA, Francisco. Lobos de ontem, cordeiros de hoje. *Correio do Sul*. n. 2.491, p.01, 5 dez. 1922b.

_____. PORTELA, Francisco. Em Genuflexão. *Correio do Sul*. n. 2507, p.01, 24 dez. 1922